



**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 004/2026-SMS**

Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021 – Alterada e Consolidada

**PREÂMBULO**

<b>Objeto:</b>	<b>CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, INTERESSADAS EM ATUAR DE FORMA COMPLEMENTAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS, tudo conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência.</b>
<b>Nº do Processo:</b>	2703.001/2026- CR.
<b>Órgãos Interessados:</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>Espécie:</b>	CHAMADA PÚBLICA – CREDENCIAMENTO.
<b>Período:</b>	O Credenciamento ficará aberto pelo prazo 12 (doze) meses a contar da sua publicidade.

**O Município de Frecheirinha – CE, TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados que até a data e horários indicados acima, a Comissão de Contratação, situada na Avenida Joaquim Pereira, 855, Centro, Frecheirinha/CE, estará realizando o recebimento dos documentos concernentes ao processo de **CHAMADA PÚBLICA N.º 004/2026-SMS**, identificado no preâmbulo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo Art. 79, Inciso I da Lei 14.133 c/c Decreto municipal nº 002/2024, bem como as regras prevista no Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, no que couber. Compõem-se o presente edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

**PARTE A – Condições para Credenciamento.**

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para credenciamento e formalização do contrato.

**PARTE B – ANEXOS**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO;**

**ANEXO II – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO;**

**ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO;**

**ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.**

**1. DO OBJETO**

**1.1. CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS**

**JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, INTERESSADAS EM ATUAR DE FORMA COMPLEMENTAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS**, conforme especificações e condições constantes dos Anexos do Edital.

**1.1.1.** As condições específicas para a prestação dos serviços estão previstas no termo de referência, anexo a este edital (Anexo I).

**1.1.2.** Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

**1.1.3.** Os interessados deverão requerer o credenciamento na formado item 2 deste edital.

**1.1.4.** Por se tratar de mero CREDENCIAMENTO, INEXISTE obrigatoriedade na contratação pelo Secretarias/Órgãos participantes desta licitação, tudo conforme legislação vigente, cujos contratos de programa a serem firmados, dependerá do interesse público, conveniência administrativa.

**1.1.5.** Por se tratar de um Credenciamento, as Secretarias/Órgãos participantes, poderão contratar os serviços quando da necessidade, não tendo ainda obrigação de efetuarem quaisquer contratações, quando tudo será pautado no interesse público e conveniência administrativa.

## **2. DO LOCAL, PRAZO E PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

**2.1.** A Documentação de credenciamento será realizado na forma **PRESENCIAL** ou no e-mail: [licitacao@frecheirinha.ce.gov.br](mailto:licitacao@frecheirinha.ce.gov.br), no período de **30 de Março de 2026 á 30 de março de 2027, das 09:00 às 17:00 horas.**

**2.2.** Os interessados poderão solicitar credenciamento a qualquer tempo, durante o prazo da Chamada Pública, desde que cumpridos todos os requisitos deste Edital de Credenciamento.

**2.3.** Para todos os fins, este Edital terá validade da data de sua publicação por 12 (doze) meses, podendo ser credenciados novas empresas, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

### **2.4. DA INSCRIÇÃO**

**2.4.1.** Para efetivação da inscrição, o interessado deverá encaminhar a documentação exigida neste Edital e seus anexos, por meio do endereço eletrônico oficial do Setor de Licitações do Município de Frecheirinha/CE ([licitacao@frecheirinha.ce.gov.br](mailto:licitacao@frecheirinha.ce.gov.br)), ou protocolar presencialmente na sede da Prefeitura Municipal, no horário de expediente.

**2.4.2.** A apresentação do requerimento de participação, com a indicação da intenção de se credenciar, implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, obrigando-se o interessado ao fiel cumprimento de todas as disposições, bem como à execução do objeto conforme especificado, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando necessário, sua substituição.

**2.4.3.** O interessado deverá apresentar, juntamente com o requerimento de participação, declaração formal de que:

**2.4.3.1.** Está ciente e concorda integralmente com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a totalidade dos custos necessários à execução do objeto, incluindo aqueles relativos aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, em conformidade com a Constituição Federal, legislação trabalhista vigente, normas infralegais e instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis, declarando ainda que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.3.2.** Consideram-se incluídos no valor da contratação todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

## **2.5. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO**

**2.5.1.** O presente procedimento de credenciamento permanecerá aberto durante toda a sua vigência, possibilitando a inscrição de interessados a qualquer tempo, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**2.5.2.** Para fins de organização administrativa, as inscrições serão analisadas em ciclos periódicos, observando-se os prazos e critérios estabelecidos neste Edital.

**2.5.3.** As inscrições protocoladas até o dia 15 (quinze) de cada mês serão analisadas até o dia 20 (vinte) do mesmo mês.

**2.5.4.** As inscrições protocoladas após o dia 15 (quinze) e até o último dia útil de cada mês serão analisadas até o dia 5 (cinco) do mês subsequente.

**2.5.5.** Os prazos estabelecidos para análise poderão ser prorrogados, mediante justificativa formal do agente de contratação, em razão da quantidade de pedidos de credenciamento submetidos à análise.

**2.5.6.** As interessadas consideradas habilitadas serão incluídas na Lista de Credenciados, observada a ordem cronológica de deferimento e as disposições constantes neste Edital.

**2.5.7.** Em situações excepcionais devidamente justificadas, caracterizadas pela necessidade urgente da Administração Pública na contratação dos serviços objeto deste credenciamento, a Comissão de Contratação poderá proceder à análise prioritária e imediata da documentação apresentada pelos interessados, independentemente dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, visando assegurar a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos, observado o princípio da legalidade, da isonomia e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** Quaisquer interessados na forma de **JURÍDICA** que:

**3.1.1.** Esteja regularmente estabelecida neste País, e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital;

**3.1.2.** Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto do procedimento, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa.

**3.1.3.** Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em anexo aos documentos de habilitação e cadastro no sistema;

**3.1.4.** Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar por declaração vinculado ao documento de habilitação o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

**3.1.5.** A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006 em razão da presente contratação.

**3.1.6.** A participação no procedimento implica automaticamente na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

**3.2.** É vedado a prestação dos serviços em dependências ou setores próprios do Município, exceto quando houver impossibilidade de deslocamento dos equipamentos até a sede da empresa credenciada.

**3.3.** O Município contratante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

**3.4.** O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços;

**3.5.** Todos os materiais necessários para a execução do objeto do presente processo de credenciamento serão fornecidos pela empresa, exceto as peças necessárias para a substituição nos veículos leves ou pesados.

**3.6.** Não poderão participar do processo de credenciamento os proponentes que:

**3.6.1.** estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**;

**3.6.2.** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

**3.6.3.** tenham sido descredenciadas pela Prefeitura Municipal de Frecheirinha, anteriormente por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidade na execução dos serviços prestados.

**3.6.4.** mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.5.** nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Sejam servidores públicos de qualquer esfera;

**3.7.** A apresentação do pedido de credenciamento implica na manifestação de interesse em participar do processo de credenciamento junto à Prefeitura Municipal de Frecheirinha, no período de entrega da documentação, conforme disposto no item 2, independentemente de



declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital, seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pela Administração Municipal.

**3.7.1.** As solicitações de credenciamento acompanhadas dos documentos tratados neste Edital serão entregues à Comissão de Contratação, a qual procederá à análise e julgamento dos documentos apresentados, submetendo-os posteriormente, à ratificação pela autoridade competente.

**3.8.** Para credenciar-se o proponente deverá habilitar-se através da apresentação de **Solicitação de Credenciamento para a categoria de serviço pretendida**, que deverá ser apresentada **conforme o modelo disposto no Anexo II “A”**, devidamente datada e assinada, rasuras, entrelinhas ou ambiguidade com a documentação solicitada neste Edital, acompanhada dos seguintes documentos:

#### **4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO:**

**4.1.** Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à no procedimento **mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo I) do edital.**

**4.2.** Os documentos serão analisados pela Comissão de Contratação, conforme o caso, quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

**4.3.** Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, inclusive, em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso está documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

**4.4.** Comissão de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**4.5.** A critério(a) da Comissão de Contratação, caso haja disponibilidade “on-line” e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via e-mail, na ata dos trabalhos tais diligências.

**4.6.** Será desclassificado/inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

#### **5. DO JULGAMENTO, AUTORIZAÇÃO, CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Após recebimento, análise e julgamento das solicitações de credenciamento, o(a) Secretário(a) ordenador(a) da despesa realizará a **AUTORIZAÇÃO** de cada credenciamento.

**5.1.2.** Todos aqueles que preencherem os requisitos dispostos neste edital terão suas propostas de credenciamento acatadas, sendo submetidas à Autorização do (a) Secretário(a).

**5.1.3.** Havendo a Autorização, o credenciado será chamado para assinatura do respectivo **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de decadência.

**5.1.4.** Os interessados **CREDENCIADOS** farão parte de um banco de pretendentes prestadores de serviço.

**5.1.5.** A assinatura do **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, por si só, não garante ao signatário o direito à contratação, apenas mera expectativa de direito de contratar, sendo certo, que eventual convocação para celebração de contrato está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**5.1.6.** O credenciado devidamente convocado deverá assinar o respectivo **TERMO DE CONTRATO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de decadência do direito de contratação

**5.1.7.** É facultado à Administração Municipal proceder à contratação somente dos prestadores necessários ao suprimento de sua demanda e de acordo com saldo orçamentário disponível, convocando os interessados devidamente Credenciados para assinatura do competente **TERMO DE CONTRATO**.

**5.1.8.** A distribuição dos serviços entre as pessoas jurídicas credenciadas será realizada mediante solicitação formal do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, na qualidade de Ordenador(a) de Despesas, observando-se, para fins de convocação e execução dos serviços, a ordem cronológica de credenciamento, a compatibilidade com as especialidades e procedimentos para os quais o prestador esteja habilitado, a disponibilidade de equipe técnica, eventual oferta de desconto sobre os valores de referência adotados pela Administração, quando houver, e a localização geográfica mais vantajosa, quando pertinente, visando à eficiência, economicidade e celeridade na prestação dos serviços de saúde; considerando a natureza do credenciamento como hipótese de contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, e a consequente inviabilidade de competição entre os credenciados, na hipótese de impossibilidade de distribuição equitativa da demanda assistencial entre os prestadores, será adotado critério de compensação nos períodos subsequentes, com o objetivo de promover o equilíbrio na distribuição dos atendimentos ao longo da vigência do credenciamento, sendo priorizado o prestador que tenha recebido menor volume de demandas no período anterior, sempre observados a disponibilidade de profissionais habilitados na especialidade demandada, a capacidade técnico-operacional informada pelo credenciado e o interesse público na adequada, contínua e eficiente prestação dos serviços de saúde à população;

**5.1.9.** Porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, isto é, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados, havendo número maior de CREDENCIADOS em relação à quantidade de serviços a serem solicitados, a seleção será feita pela ordem cronológica de credenciamento, entre todos os CREDENCIADOS.

**5.1.10.** Caso não haja disponibilidade do CREDENCIADO para a prestação dos serviços devidamente solicitados, quando este CREDENCIADO for o primeiro posicionado da lista, será chamado o próximo colocado da referida lista, passando o CREDENCIADO anterior para a posição final da lista de CREDENCIADOS, desde que a solicitação ao referido CREDENCIADO tenha ocorrido em prazo superior a 05 (cinco) dias úteis da data em que serão realizados ou terão início os serviços.

**5.1.11.** Caso a solicitação ao CREDENCIADO ocupante do primeiro lugar da lista de CREDENCIADOS seja feita em prazo inferior ao estabelecido no item anterior e este CREDENCIADO não tenha disponibilidade para a prestação dos serviços solicitados, este dará a vez ao próximo da lista de CREDENCIADOS, conforme ordem de classificação, mas manterá sua colocação na lista de CREDENCIADOS e será o próximo a ser selecionado na

referida lista, ou seja, trocará de lugar na lista de CREDENCIADOS com o segundo posicionado ou com os demais, sucessivamente.

**5.1.12.** A qualquer tempo o Termo de Credenciamento/Contrato poderá ser alterado, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Município.

**5.2.** Surgida a necessidade administrativa, de acordo com a natureza do serviço e segundo critérios de conveniência e oportunidade, a Secretaria Municipal requisitante editará ato administrativo próprio definindo **o serviço a ser executado**, com as especificações dos serviços a serem realizados pelos credenciados nos preços fixados no Termo de Referência.

**5.2.1.** O credenciado devidamente convocado deverá assinar o respectivo **TERMO DE CONTRATO**, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias a contar da convocação, sob pena de decadência do direito de contratação.

**5.2.2.** A convocação para assinatura de contrato será realizada por meio de publicação no site oficial da prefeitura ([www.frecheirinha.ce.gov.br](http://www.frecheirinha.ce.gov.br)), e complementarmente através de e-mail.

**5.2.2.1.** É de inteira responsabilidade do credenciado acompanhar as **publicações** para assinatura de contrato, as quais se poderão se dar de forma **não nominal**, informando apenas o grupo de credenciados convocados naquele ato para celebração do contrato.

**5.2.3.** Os credenciados não serão obrigados a firmar as contratações pretendidas pela administração, sendo-lhes facultada a renúncia do direito de contratar com a administração para cada serviço específico, o que deslocará o credenciado para o final da fila de credenciados para fins de futura contratação.

**5.2.4.** A cada novo serviço ou ação a ser realizada pela administração será feita uma convocação específica dos credenciados para fins de assinatura de contrato na forma deste edital.

**5.3.** Sempre que houver novos credenciamentos a lista de credenciados será atualizada, considerando a categoria do serviço e a ordem cronológica das solicitações de credenciamento.

**5.4.** Novos interessados poderão solicitar credenciamento nos termos deste edital, desde que preencham aos requisitos exigidos neste instrumento e esteja vigente o prazo para solicitação de credenciamento.

**5.4.1.** Os novos credenciados serão acrescidos às listas existentes, de acordo com a categoria do serviço e a respectiva ordem cronológica de solicitação de credenciamento dos proponentes, obedecendo-se a rotatividade necessária para a prestação dos serviços.

**5.5.** Quando a necessidade administrativa não puder ser suprida mesmo após a convocação de todos os credenciados para firmar as contratações de uma determinada ação, a Administração poderá:

- a)** proceder ao acréscimo de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato;
- b)** proceder novas e sucessivas convocações até o suprimento da necessidade da administração, observada em cada convocação o limite disposto no referido dispositivo.

**5.6.** É facultada à Administração Municipal proceder à contratação somente dos prestadores necessários ao suprimento de sua demanda e de acordo com saldo orçamentário disponível, convocando os interessados devidamente Credenciados, seguindo a ordem de critérios de prioridade, para assinatura do competente **TERMO DE CONTRATO**.

**5.7.** Serão obrigações do **CREDENCIADO**:



- a) prestar os serviços mediante expedição da Ordem de Serviços pela autoridade competente, e de conformidade com as exigências do Termo de Referência e demais disposições constantes deste edital e seus anexos;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do credenciamento;
- c) assinar o termo de contrato quando convocado, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito de contratação.

**5.7.1. Serão obrigações do CREDENCIADO:**

- a) manter a disponibilidade de execução dos serviços durante todo o prazo de credenciamento;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do credenciamento;
- c) assinar o termo de contrato quando convocado, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito de contratação;
- d) cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações constantes dos atos administrativos e das ordens de serviço enviadas e os procedimentos acordados entre as partes;
- e) comunicar ao fiscal ou ao gestor deste Contrato, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, bem como mudança de endereço;
- f) executar o objeto de acordo com as normas e condições previstas no edital, inclusive com as prescrições da Lei Nacional nº 14.144/21, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- g) aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do Município;
- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- i) adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que esteja sendo executado em desconformidade com o disposto no Edital ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridos;
- j) não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo ou em parte, sob qualquer hipótese.

## **6. DO DESCREDENCIAMENTO E RESCISÃO CONTRATUAL**

- 6.1.** O presente credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou a Administração poderão denunciar o termo de credenciamento celebrado, na forma do art. 79, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.** O credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 6.3.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a extinção do contrato, com as consequências previstas em lei e neste Edital, observados os ditames previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

## **7. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO**



**7.1.** O termo de credenciamento originário do presente procedimento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

**7.1.1.** O termo de credenciamento poderá ser prorrogado unilateralmente pela administração, sendo facultado ao credenciado o direito de, a qualquer momento, solicitar seu descredenciamento, dado o caráter precário do presente credenciamento.

**7.2.** Os contratos decorrentes deste credenciamento poderão ter o prazo inicial de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, a critério das partes, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **8. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1.** O contratado prestará os serviços no âmbito de seu ramo de atividade, de acordo com a solicitação de credenciamento e de conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital;

**8.2.** O credenciado fica sujeito à fiscalização da equipe técnica da Contratante, a qualquer tempo.

**8.3.** Os serviços a serem prestados serão aqueles insertos no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital e que tenham sido solicitados pela contratante.

**8.4.** Para cada serviço a ser executado a administração expedirá o competente ato administrativo e a respectiva ORDEM DE SERVIÇOS.

**8.5.** Os serviços deverão ter sua execução iniciada pelo contratado no máximo em 24 (vinte e quatro) horas da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS emitida pela administração, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos, no contrato e disposições constantes de sua proposta.

**8.6.** Os serviços, quando contratados, deverão ser executados no prazo disposto na respectiva ordem de serviço.

**8.7.** A Administração reserva-se o direito de pedir a substituição de algum funcionário que não atenda aos serviços solicitados pela Administração.

**8.8.** A Administração reserva-se o direito de acompanhar os serviços solicitados, através de pessoa a ser designada pela Administração Municipal.

**8.9.** Todos os materiais e ferramentas necessários para a execução do objeto do presente contrato serão fornecidos pela contratada.

**8.10.** A locomoção dos profissionais até o local de trabalho bem como o seu retorno, será de responsabilidade do credenciado, vedado o cômputo deste horário para fins de cobrança de hora trabalhada.

**8.11.** Todos os serviços solicitados deverão ser atendidos, independentemente do local onde os veículos estiverem bem como guincho para deslocamento quando for o caso, sem ônus extra para a Prefeitura.

**8.12.** Os materiais/peças automotivas necessários para a realização dos serviços, deverão ser solicitados formalmente, sendo estes de responsabilidade do Município, porém não computando o tempo que for necessário para a aquisição dos mesmos.

**8.13.** Os serviços objeto deste Edital, abrangem inclusive a montagem e desmontagem de motores, caixas de câmbio e diferenciais, bem como solda e torno, quando necessários.

**8.14.** As despesas de locomoção, fretes, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços necessários à execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

**8.15.** O credenciado deverá observar as normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, bem como obedecer aos princípios básicos de organização e material de qualidade mínima para aceitação, além da legislação trabalhista e ambiental.

**8.16.** O credenciado é obrigado a substituir os equipamentos e material de consumo ou refazer, de imediato e às suas expensas, os serviços prestados em que se verificarem irregularidades.

**8.17.** O credenciado deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

**8.18.** O credenciado deverá responsabilizar-se por quaisquer danos que seus empregados causarem à contratante.

**8.19.** O credenciado deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados.

**8.20.** O credenciado deverá manter devidamente limpos os logradouros onde se realizarem os serviços.

**8.21.** O credenciado deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela contratante, sem qualquer ônus adicional para o Município utilitário.

**8.22.** A recusa injustificada ou a carência de justo motivo do contratado em assinar a ORDEM DE SERVIÇO ou a não prestação do mesmo, no prazo e condições estabelecidos, sujeitará o contratado à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**8.23.** O objeto deverá ser executado, conforme determinado no presente edital, nos horários, prazos e condições estipulados previamente pela Contratante, durante o período contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no ato administrativo instituidor da ação, neste credenciamento e no contrato, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos serviços, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

**8.24.** No caso de constatação da inadequação da execução do objeto a ser prestado às normas e exigências especificadas neste Edital, no Termo de Referência, no contrato e na ordem de serviço a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

## **9. DA COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.1.** A documentação probatória da execução dos serviços será recebida por servidor do órgão responsável devidamente designado, que procederá à análise e conferência de acordo com as condições estabelecidas no contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento.

**9.2.** A contestação parcial da prestação dos serviços, devidamente ressalvada em forma de glosa, não impede o recebimento e o pagamento dos demais serviços, sem prejuízo de a credenciada, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação, recorrer da decisão.

**9.3.** O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da credenciada.

## **10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O Município pagará ao credenciado na proporção dos serviços efetivamente executados, observados os valores fixados no Anexo I – Termo de Referência;

**10.2.** Os preços, bem como os procedimentos e orientações técnicas relativas ao faturamento e pagamento das despesas, serão objeto de análise pela contratante, levando-se em consideração os valores estabelecidos para cada categoria de serviço;

**10.3.** O pagamento será efetuado de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, e será efetuado em até 30 (trinta) dias após seu recebimento, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

**10.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

## **11. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**11.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**11.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**11.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

**11.1.5.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

**11.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**11.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

**11.2.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**a)** advertência;

**b)** multa;

**c)** impedimento de licitar e contratar; e

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria



autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4., 11.1.5 e 11.1.6 a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**11.5.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.11.1 e 11.1.12 a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**11.6.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.7. a multa será aplicada da seguinte forma:

- a)** 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual sem que os serviços sejam concluídos;
- b)** 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- c)** 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Secretaria;
- d)** 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de extinção do contrato por culpa da Contratada, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;

**11.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.9.** A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 11.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**11.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4., 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.11.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.11.1 e 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2., 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5., 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.12.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda

da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**11.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por

2 (dois) ou mais servidores públicos estatutários ou pertencentes aos quadros permanentes da Administração, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.17.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

**12.1.** Os serviços contratados serão prestados de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Frecheirinha.

**12.2.** O valor global estimado do presente credenciamento consta nos autos do processo.

**12.3.** Caso o valor das contratações não atinja o montante estimado neste item, e uma vez identificada a necessidade dos serviços a Administração poderá efetuar nova contratação com proponentes já credenciados/contratados.

**12.4.** As despesas ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento municipal, inerente a unidade gestora contratante.

### **12.5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

<b>DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	
<b>Dotação Orçamentária:</b>	1101.10.122.0007.2.066 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde:
<b>Elemento de Despesas:</b>	3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
<b>Fonte de Recursos:</b>	1500000000 - Recursos não vinculados de impostos
<b>Dotação Orçamentária:</b>	1102.10.302.0181.2.080 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar — MAC.
<b>Elemento de Despesas:</b>	3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
<b>Fonte de Recursos:</b>	1600000000 - Transferência SUS — Bloco de manutenção

### **13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

**13.1.** Após a publicação do Edital de Credenciamento, fica concedido prazo para pedidos de esclarecimento ou impugnação ao Edital, os quais deverão ser solicitados, motivadamente, a qualquer tempo, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados;

**13.2.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.3.** A impugnação feita tempestivamente pelo interessado não o impedirá de participando processo até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**13.4.** Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

**13.4.1.** Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser ofertados por e-mail [licitacao@frecheirinha.ce.gov.br](mailto:licitacao@frecheirinha.ce.gov.br) ou protocolados de forma presencial;

**13.4.2.** O endereçamento à Comissão de Contratação da Prefeitura de Frecheirinha;

**13.4.3.** A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada.

**13.4.4.** O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

**13.4.5.** O pedido, com suas especificações;

**13.5.** A resposta do Município de Frecheirinha – CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no site oficial do município: [www.frecheirinha.ce.gov.br](http://www.frecheirinha.ce.gov.br) e constituirá aditamento a estas Instruções, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e constituirá aditamento a estas Instruções.

**13.6.** O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

**13.7.** Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital a administração providenciará a divulgação do respectivo aviso e do aditamento pela mesma forma que se deu ao texto original.

**13.8. DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento a Comissão ou a autoridade superior poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

**13.8.1.** Os interessados notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão ou pela autoridade superior, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**13.9. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** O Município de Frecheirinha/CE poderá revogar o credenciamento por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular este credenciamento, em qualquer etapa do processo.

### **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento da proposta de preço, da habilitação



ou inabilitação de licitantes, da anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e da Regulamentação Municipal.

**14.2.** O recurso apresentado poderá impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do(s) proponente(s).

**14.2.1.** O recorrente terá o prazo 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, iniciando-se o prazo a partir da data de intimação da decisão que julgar a fase de habilitação.

**14.3.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação via sistema e diário oficial da apresentação das razões pelo recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site oficial do município [www.frecheirinha.ce.gov.br](http://www.frecheirinha.ce.gov.br).

**14.10.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não manifestada a intenção de interpor o recurso pela Licitante no momento oportuno.

**14.11.** Os memoriais (razões de recurso) e as contrarrazões deverão ser apresentados até às 23h59min do último dia do prazo para apresentação, mediante protocolo presencial junto ao Setor de Licitações ou encaminhados para o e-mail institucional informado neste Edital.

**14.12.** Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**14.13.** As decisões sobre os recursos interpostos serão feitas aos interessados mediante publicação no flanelógrafo da Prefeitura Municipal de Frecheirinha e no sítio oficial do município, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

## **15. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**15.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

**15.1.2.** Após o interregno de um ano, a contar da data do contrato, os preços contratados serão reajustados, independentemente de solicitação do contratado, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**15.1.3.** A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês a contar da data do contrato, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula abaixo) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

**15.1.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**15.1.5.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**15.1.6.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**15.1.7.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor e, na ausência de previsão legal quanto ao índice a ser adotado em substituição ao índice extinto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**15.1.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**15.1.9.** No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I<sub>0</sub> = Índice inicial – correspondente ao mês do

orçamento; I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual do contrato.

**15.1.10.** Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

**15.1.11.** A Administração deverá se manifestar sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido.

**15.1.12.** O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por Termo Aditivo.

## **16. FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**16.1.** Os credenciados deverão observar os mais altos padrões éticos durante o curso deste processo e na execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

**16.2.** Compete ao credenciado declarar eventual incompatibilidade ou impedimento seu quanto à contratação junto ao Município, sobretudo no que tange à incompatibilidade de cargos ou funções públicas disposta constitucionalmente.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a este Credenciamento.

**17.2.** Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

**17.3.** A Contratante será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos termos de credenciamento celebrados, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

**17.4.** Os termos de credenciamento e os termos de contrato serão publicados no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Frecheirinha na forma de extrato.

**17.5.** A Administração poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto deste Credenciamento.

**17.6.** Aplicam-se ao presente credenciamento as disposições da Lei 14.133/2021, no que couber, e demais normas legais pertinentes.

**17.7.** Quaisquer informações poderão ser obtidas das 07:30h às 17:30h, diretamente na sede da Comissão de Contratação da Prefeitura de Frecheirinha, localizado na Avenida Joaquim Pereira, 855, Centro, Frecheirinha/CE.

**17.8.** O Termo de Referência poderá ser examinado por qualquer interessado na sede da Comissão de Contratação da Prefeitura de Frecheirinha.

**17.9.** Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos interessados quando da elaboração de suas propostas.

**17.9.1.** O referido edital e seus anexos também estão disponíveis no(s) seguinte(s) sítio(s) virtual (is): <https://municipios.tce.ce.gov.br/> nos termos da IN 04/2015-TCM/CE e na página da Prefeitura Municipal de Frecheirinha/CE: [www.frecheirinha.ce.gov.br](http://www.frecheirinha.ce.gov.br).

**17.10.** No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às interessadas qualquer tipo de indenização, fica assegurado a autoridade competente alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, do presente credenciamento, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.

**17.11.** Os avisos do presente credenciamento, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no sítio oficial do município.

**17.12.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Frecheirinha – CE.

Frecheirinha/CE, 27 de março de 2026.

**FLÁVIO MARCÍLIO SARAIVA DE ALMEIDA**  
**ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE SAÚDE**



**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2025 - CR**  
**Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021 – Alterada e Consolidada**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. UNIDADE(S) REQUISITANTE(S): SECRETARIA DE SAÚDE.**

**1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, INTERESSADAS EM ATUAR DE FORMA COMPLEMENTAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS,** conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência.

**1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. DE MESES	QUANT. DE PROFIS.	VL. UNIT.	VL. MENSAL	VL. ANUAL
1	Enfermeiro	UND.	12	10	R\$ 3.884,21	R\$ 38.842,10	R\$ 466.105,20
2	Fisioterapeuta	UND.	12	1	R\$ 3.293,81	R\$ 3.293,81	R\$ 39.525,72
3	Técnico em Enfermagem	UND.	12	19	R\$ 1.945,20	R\$ 36.958,80	R\$ 443.505,60
4	Farmacêutico	UND.	12	1	R\$ 2.132,36	R\$ 2.132,36	R\$ 25.588,32
5	Técnico em Radiologia (Raio-X)	UND.	12	2	R\$ 2.406,49	R\$ 4.812,98	R\$ 57.755,76
6	Nutricionista	UND.	12	1	R\$ 3.525,26	R\$ 3.525,26	R\$ 42.303,12
7	Terapeuta Ocupacional	UND.	12	1	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL: R\$ 1.132.383,72</b>							

**1.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**1.3.** A justificativa da necessidade da contratação encontra-se amplamente fundamentada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente instrumento como anexo, constituindo parte indissociável deste documento para todos os fins legais e administrativos.

**1.4. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL VIGENTE**

**1.4.1.** A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda superveniente, de caráter urgente e essencial, decorrente da iminente finalização do contrato atualmente vigente com Organização da Sociedade Civil – OSC, cuja interrupção poderá ocasionar descontinuidade dos serviços de saúde. Ademais, a contratação encontra respaldo na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados.

**1.5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DA CONTRATAÇÃO.**

**1.5.1.** A Descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida da contratação encontra-se amplamente fundamentada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente instrumento como anexo, constituindo parte indissociável deste documento para todos os fins legais e administrativos.

**1.6. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.6.1. O objeto da presente contratação consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, destinadas a atuar de forma complementar junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Frecheirinha/CE, especialmente no âmbito do Hospital Municipal, com vistas à garantia da continuidade, regularidade e eficiência da assistência à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

1.6.2. Os serviços compreendem a disponibilização de profissionais qualificados para atuação nas atividades assistenciais, técnicas e operacionais da unidade hospitalar, incluindo, mas não se limitando, às áreas de enfermagem, apoio diagnóstico, assistência farmacêutica, atendimento ao público e serviços de apoio, conforme necessidade da Administração.

1.6.3. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e por demanda, mediante convocação da Administração, com base em escalas previamente definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo abranger turnos diurnos, noturnos, finais de semana e feriados, de acordo com as necessidades assistenciais da unidade.

1.6.4. Os profissionais disponibilizados deverão atuar em conformidade com suas atribuições legais e regulamentares, quando aplicável, bem como observar rigorosamente os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas, normas sanitárias e rotinas operacionais estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ANVISA e pela gestão do Hospital Municipal.

1.6.5. A contratada será responsável pela gestão operacional dos serviços prestados, incluindo a organização de escalas, controle de frequência, supervisão técnica dos profissionais e substituição imediata em casos de ausência, afastamento ou impedimento, de modo a garantir a continuidade da assistência sem prejuízo ao atendimento da população.

1.6.6. Os serviços deverão ser prestados com observância aos princípios da eficiência, continuidade, qualidade e humanização do atendimento, assegurando a segurança do paciente, a redução de riscos assistenciais e a melhoria contínua dos processos de trabalho.

1.6.7. A execução contratual deverá ocorrer de forma integrada com a rede municipal de saúde, garantindo a articulação entre os níveis de atenção, o adequado encaminhamento dos usuários e a continuidade do cuidado.

1.6.8. A prestação dos serviços deverá atender aos padrões mínimos de qualidade e desempenho definidos neste instrumento, sendo objeto de acompanhamento e fiscalização contínua pela Administração, por meio de indicadores de desempenho, relatórios de execução e avaliação da qualidade dos serviços prestados.

1.6.9. O credenciamento será realizado de forma não competitiva, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, sendo a execução dos serviços distribuída entre os credenciados conforme critérios objetivos, isonômicos e previamente definidos, assegurando transparência, eficiência e adequada gestão da demanda.

1.6.10. Os serviços deverão ser executados de forma autônoma pela contratada, sem vínculo de subordinação direta entre os profissionais disponibilizados e a Administração Pública, cabendo à empresa credenciada a integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais decorrentes da execução contratual.

## **1.7. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO**

### **1.7.1. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

1.7.1.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados no âmbito do Hospital Municipal de Frecheirinha/CE, bem como em outras unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, quando necessário, conforme demanda da Administração.

1.7.1.2. A execução deverá observar as condições estruturais e operacionais das unidades de

saúde, respeitando os fluxos assistenciais, normas internas e diretrizes estabelecidas pela gestão municipal.

### **1.7.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

1.7.2.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e por demanda, mediante convocação formal da Administração, com base em escalas previamente definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.7.2.2. Os serviços serão prestados em regime de execução indireta, por meio de credenciamento de pessoas jurídicas, caracterizando-se como contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.7.2.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidores formalmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações, a qualidade dos serviços prestados, a assiduidade dos profissionais e a conformidade com as escalas estabelecidas.

1.7.2.4. A Administração poderá utilizar relatórios, registros de frequência, indicadores de desempenho e demais instrumentos de controle para avaliação contínua da execução dos serviços.

### **1.7.3. DO REMANEJAMENTO ENTRE ITENS DE MESMA NATUREZA**

1.7.3.1. Considerando a natureza dinâmica e variável da demanda assistencial, a Administração poderá promover o remanejamento entre itens ou categorias de serviços de mesma natureza, desde que mantida a compatibilidade com o objeto contratado e observados os limites legais e orçamentários.

1.7.3.2. O remanejamento terá por finalidade assegurar maior eficiência na alocação dos recursos, adequação às necessidades do serviço e continuidade da assistência à população, não configurando alteração do objeto contratual.

### **1.7.4. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO**

1.7.4.1. O procedimento adotado será o **credenciamento**, caracterizado como procedimento auxiliar de contratação, de natureza **não competitiva**, nos termos dos arts. 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 43 do Decreto Municipal nº 002/2024, destinado à habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital.

1.7.4.2. Em razão de sua natureza jurídica, o credenciamento **não se submete aos critérios tradicionais de julgamento de propostas**, não havendo classificação por menor preço, maior desconto ou técnica e preço, uma vez que os valores de remuneração serão previamente fixados pela Administração, com base em parâmetros de mercado e ato normativo próprio.

1.7.4.3. A seleção dos interessados ocorrerá exclusivamente mediante a verificação do atendimento integral às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, sendo considerados aptos todos aqueles que comprovarem sua regularidade e capacidade para execução do objeto.

1.7.4.4. O credenciamento observará os princípios da **isonomia, impessoalidade, transparência e publicidade**, devendo o edital permanecer aberto durante sua vigência, possibilitando o cadastramento contínuo de novos interessados, sem a imposição de barreiras indevidas à participação.

1.7.4.5. A distribuição da execução dos serviços entre os credenciados será realizada conforme critérios objetivos previamente definidos no edital, podendo ser adotados, isolada ou cumulativamente:

I – ordem cronológica de inscrição e habilitação;



II – sistema de rodízio entre os credenciados;

III – distribuição proporcional da demanda;

IV – necessidade da Administração, devidamente justificada;

1.7.4.6. Os critérios de convocação deverão ser aplicados de forma uniforme e transparente, vedada qualquer discricionariedade indevida ou favorecimento, assegurando igualdade de condições entre os credenciados.

1.7.4.7. O procedimento de credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de vigência do edital, garantindo o cadastramento contínuo de novos interessados, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 2.192/2025 – Plenário, desde que respeitado o prazo fixado no instrumento convocatório.

1.7.4.8. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar a revisão das condições do credenciamento, inclusive quanto aos critérios de convocação e distribuição da demanda, desde que devidamente justificada e assegurada a publicidade e isonomia entre os interessados.

1.7.4.9. O eventual descredenciamento de participantes poderá ocorrer nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, perda das condições de habilitação ou interesse da Administração, mediante processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa.

### **1.7.5. DO PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS**

1.7.5.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente, emitido pela Administração.

1.7.5.2. Em situações de urgência devidamente justificadas, a Administração poderá solicitar o início imediato da execução, devendo a contratada atender prontamente à demanda, em razão da natureza essencial dos serviços de saúde.

## **2.0. FUNDAMENTO LEGAL, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital e seus anexos.

2.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Também fundamenta-se no Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal;

2.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

## **3.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento

constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, em anexo a este Termo.

3.1.1. O objeto da contratação está previsto nos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**.

### **3.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

3.2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

### **4.0. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

4.1. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado. Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

4.1.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

4.1.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5. **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21, da Lei nº 5.764/1971;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47, da Lei nº 5.764/1971;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

## **4.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**4.2.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

**4.2.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE**, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

**4.2.3.** No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

**Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.**

**4.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## **4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **4.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**

**4.3.1.1.** Deverá ser comprovada a capacidade técnico-operacional compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie(m) a prestação de serviços na área da saúde, compatíveis em características, quantidades e prazos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.1.2.** A empresa deverá possuir e apresentar Licença Sanitária/Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão competente, em conformidade com a legislação sanitária aplicável.

**4.3.1.3.** A contratada deverá comprovar a disponibilidade e a indicação de equipe técnica compatível com a execução do objeto, em quantitativo suficiente para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços, observada a proporcionalidade em relação à demanda estimada,



mediante apresentação de declaração formal.

4.3.1.4. Os profissionais disponibilizados deverão possuir formação compatível com a área de atuação, com registro ativo e regular nos respectivos conselhos de classe, quando aplicável, bem como comprovação da qualificação técnica mínima exigida para o exercício das atividades.

4.3.1.5. A contratada deverá assegurar a substituição imediata de profissionais em caso de ausência, afastamento ou impedimento, garantindo a continuidade dos serviços sem prejuízo à assistência.

#### **4.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

4.4.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

4.4.1.1. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que comprovada a sua capacidade econômico-financeira para execução do objeto contratual, não sendo motivo suficiente para inabilitação a mera existência de processo recuperacional.

4.4.1.2. Nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, a recuperação judicial tem por finalidade viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da empresa, preservando sua função social e a continuidade de suas atividades, razão pela qual deve ser assegurada a possibilidade de participação em contratações públicas, desde que demonstrada sua aptidão para o cumprimento das obrigações assumidas.

A licitante em recuperação judicial deverá apresentar, além dos documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, os seguintes documentos complementares:

I – decisão judicial que deferiu o processamento da recuperação judicial;

II – plano de recuperação judicial aprovado e homologado judicialmente, quando já existente;

III – demonstração de viabilidade econômico-financeira, por meio de documentos contábeis, relatórios financeiros ou outros elementos idôneos;

IV – declaração formal de que possui condições de cumprir integralmente as obrigações contratuais.

4.4.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem anterior.

4.4.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

4.4.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

4.4.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 5.12.3.3 serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

4.4.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar devidamente registrados na Junta Comercial competente ou no órgão equivalente, conforme a natureza jurídica da empresa, admitindo-se sua apresentação por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando aplicável.

4.4.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega,

observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

4.4.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

4.4.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

4.4.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo representante legal da empresa.

4.4.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

4.4.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

4.4.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado conforme fórmula a ser estabelecida no instrumento convocatório:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$

**Onde:**

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

## **5.0. OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS**

5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos deste Termo. (ANEXO I).

5.2. As declarações acima deverão, obrigatoriamente, vir com firma reconhecida do emitente ou assinatura eletrônica, nos termos permitidos pela legislação vigente aplicável a matéria, a fim de garantir a veracidade das informações e imprimir uma maior celeridade ao certame.

## **6.0. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA**

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

6.1. Não se aplica, mormente as disposições do **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**, o qual faculta a elaboração do Plano Anual de Contratação no Âmbito Municipal. Todavia, esclarecemos que a Aquisição/contratação tem previsão na Lei Orçamentária Anual Vigente, conforme se demonstrado na própria LOA e nos autos do Procedimento Licitatório, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

**Dotação Orçamentária:** 1101.10.122.0007.2.066 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde:

**Elemento de Despesas:** 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

**Fonte de Recursos:** 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

-----  
**Dotação Orçamentária:** 1102.10.302.0181.2.080 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar — MAC.

**Elemento de Despesas:** 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

**Fonte de Recursos:** 1600000000 - Transferência SUS — Bloco de manutenção.

## 7.0. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não será exigido garantia contratual.

## 8.0. PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de até 05 (Cinco) dias, contados da Ordem de Serviços.

#### **8.14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.14.1. A fiscalização da presente contratação será designada através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município– D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

#### **9.0. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

##### **9.1. Recebimento do Serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo fiscal do contrato, mediante verificação do cumprimento das exigências contratuais, especialmente quanto à execução das escalas, assiduidade dos profissionais, qualidade do atendimento e conformidade com os protocolos assistenciais, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo previsto no item anterior será contado a partir do recebimento, pela Administração, da documentação comprobatória da execução dos serviços, incluindo relatórios de prestação, registros de frequência e demais elementos necessários à verificação da parcela a ser liquidada.

9.1.3. A contratada fica obrigada a corrigir, substituir ou regularizar, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas, especialmente nos casos de ausência de profissionais, falhas na execução das escalas ou inadequação na prestação dos serviços.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços enquanto houver pendências, irregularidades ou inconformidades identificadas no recebimento provisório, nos termos dos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital ou na proposta da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca da execução dos serviços, incluindo aspectos técnicos e administrativos, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da regularidade da execução, da qualidade dos serviços prestados e do cumprimento das obrigações contratuais, mediante termo circunstanciado, observando-se os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emissão de relatório pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com indicação do desempenho na execução dos serviços e eventuais ocorrências registradas;

9.1.5.2. Análise, pelo gestor do contrato, dos relatórios e da documentação apresentada, verificando a regularidade da execução e a aptidão para liquidação da despesa, indicando, se for o caso, as cláusulas contratuais pertinentes e solicitando as devidas correções;

9.1.5.3. Emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados;

9.1.5.4. Comunicação à contratada para emissão da nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços efetivamente executados e atestados;

9.1.5.5. Encaminhamento da documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

9.1.6. No caso de controvérsia quanto à execução dos serviços, especialmente em relação à qualidade, quantidade ou regularidade da prestação, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração promover a liquidação da parcela incontroversa.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento será contado enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução dos serviços ou na documentação

apresentada.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados, nem a responsabilidade civil e profissional pela adequada execução do objeto contratual.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.



#### **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

### **10.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este instrumento, seus anexos e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Receber os serviços nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, mediante verificação da execução das escalas, da assiduidade dos profissionais e da qualidade dos serviços prestados.

10.3. Notificar a contratada, por escrito ou por meio eletrônico oficial, acerca de falhas, irregularidades, ausências de profissionais, descumprimento de escalas ou quaisquer inconformidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas no prazo estabelecido.

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a regularidade dos serviços e a conformidade com os protocolos assistenciais.

10.5. Comunicar a contratada para emissão de nota fiscal ou fatura referente à parcela incontroversa da execução dos serviços, quando houver divergência quanto à execução, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Efetuar o pagamento à contratada pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento.

10.7. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

10.8. Emitir decisão expressa sobre as solicitações e reclamações apresentadas pela contratada, relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes ou protelatórios.

10.8.1. A Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolo do requerimento, para decisão, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa.

10.9. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro eventualmente apresentados pela contratada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, admitida prorrogação mediante justificativa, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Garantir as condições necessárias à execução dos serviços, incluindo o acesso às unidades de saúde, disponibilização de informações operacionais e integração com a equipe da unidade, respeitadas as atribuições da contratada.

10.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes do edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e do contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as disposições a seguir:

11.1.1. Executar os serviços de forma contínua, eficiente, ética e em conformidade com as normas sanitárias, regulatórias e legais vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ANVISA, Conselhos Profissionais e diretrizes do SUS.

11.1.2. Disponibilizar profissionais qualificados para execução dos serviços, com comprovação de habilitação técnica e regularidade junto aos respectivos conselhos de classe, quando aplicável.

11.1.3. Garantir o cumprimento das escalas previamente definidas pela Administração, promovendo a substituição imediata de profissionais em caso de ausência, impedimento ou intercorrência, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

11.1.4. Atender às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

11.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que possa comprometer a execução dos serviços, especialmente ausências de profissionais, falhas operacionais ou situações emergenciais.

11.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, falhas e danos decorrentes da execução dos serviços, bem como por quaisquer prejuízos causados à Administração ou a terceiros, não sendo reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pelo contratante.

11.1.7. Reparar, corrigir ou regularizar, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas, no prazo fixado pela fiscalização.

11.1.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.

11.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, não transferindo à Administração qualquer ônus ou responsabilidade.

11.1.10. Observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, biossegurança e controle de infecções, bem como fornecer, quando aplicável, os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução dos serviços.

11.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas aos usuários do sistema de saúde, em

conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

11.1.12. Não permitir a utilização de trabalho de menores em desacordo com a legislação vigente, especialmente em atividades insalubres, perigosas ou noturnas.

11.1.13. Designar formalmente preposto para representar a contratada perante a Administração, responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a fiscalização.

11.1.14. Atender prontamente às solicitações da Administração, promovendo as correções e ajustes necessários à adequada execução dos serviços.

11.1.15. Executar os serviços em estrita conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento, assegurando qualidade, regularidade e continuidade da prestação assistencial.

11.1.16. Manter estrutura organizacional, recursos humanos e capacidade operacional suficientes para o adequado cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quando os serviços forem prestados fora das dependências da Administração.

11.1.17. Participar, sempre que convocada, de reuniões técnicas e administrativas com a Secretaria Municipal de Saúde, visando à melhoria da execução dos serviços e à integração com a rede assistencial.

11.1.18. Respeitar os princípios da legalidade, eficiência, continuidade, humanização do atendimento e interesse público na execução dos serviços contratados.

11.1.19. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.1.20. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.1.21. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) indicados pela administração municipal, caso necessário.

11.1.20.2. O técnico deverá se deslocar ao local da execução do serviço, salvo se puder ser realizado a distância.

11.1.20.3. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

11.1.20.4. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

11.1.20.5. Apresentar ao Contratante, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o nome do preposto que a representará na execução do contrato.

11.1.20.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, inclusive quanto à segurança dos empregados e terceiros.

11.1.20.7. Assumir a responsabilidade por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

11.1.20.8. Atender prontamente às solicitações do fiscal do contrato, acatando suas orientações e promovendo as correções exigidas.

11.1.20.9. Executar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e contrato e seus anexos, assegurando a adequada prestação dos serviços.



11.1.20.10. Usar materiais, equipamentos, uniformes e EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas vigentes de segurança e medicina do trabalho;

11.1.20.11. Prestar os serviços de forma contínua, eficiente, ética e com observância das normas sanitárias, regulatórias e legais vigentes, em especial às orientações da ANVISA, Ministério da Saúde, Conselhos Profissionais e à Política Nacional de Atenção Especializada.

11.1.20.12. Disponibilizar os profissionais indicados para execução dos serviços conforme os requisitos técnicos exigidos, com a devida comprovação de qualificação técnica e regularidade junto aos respectivos conselhos de classe.

11.1.20.13. Manter estrutura física, equipamentos, insumos e recursos humanos suficientes para a adequada prestação dos serviços, quando os atendimentos forem realizados nas dependências da contratada.

11.1.20.14. Participar, sempre que convocada, de reuniões técnicas e administrativas com a Secretaria de Saúde, com vistas à coordenação da rede assistencial e aprimoramento dos serviços prestados.

## **12.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas cíveis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município.

**12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:**

I – Advertência

II – Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.3.

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato

impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30



(trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Parágrafo único.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento

específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

### **13.0. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO**

13.1. Os serviços deverão ser executados pelo prazo de 01 (Um) ano, a contar da emissão da **ORDEM DE SERVIÇOS**.

13.2. Os serviços deverão ser entregues no(a) sede da Secretaria ou nos locais determinados pela CONTRATANTE, através da ordem de serviços e/ou nas unidades a serem designadas pela secretaria contratante, nos horários acordados com a administração.

### **14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRORROGAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

14.1. O prazo de vigência deste contrato é de **01 (Um) ano**, contado do(a) a partir de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da [Lei nº 14.133/2021](#).

14.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

14.1.2. O Serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a essencialidade, além da necessidade cotidiana para a execução das atividades precípuas para o funcionamento da máquina pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

### **15. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS**

15.1. Não será admitida, no presente procedimento de credenciamento, a participação de pessoas físicas, inclusive profissionais autônomos ou liberais, sendo restrita a participação a pessoas jurídicas regularmente constituídas.

15.2. A vedação prevista no item anterior fundamenta-se na natureza do objeto contratado, que demanda prestação de serviços de forma contínua, organizada e com capacidade técnico-operacional compatível com as necessidades da Administração, especialmente quanto à formação de equipes, organização de escalas, substituição imediata de profissionais e garantia da continuidade dos serviços de saúde.

15.3. A exigência de participação exclusiva de pessoas jurídicas encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à qualificação técnico-operacional, bem como na necessidade de assegurar a adequada execução contratual, com responsabilidade integral pela gestão dos recursos humanos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

15.4. Ademais, a medida visa mitigar riscos de descontinuidade na prestação dos serviços, especialmente em atividades de caráter essencial e ininterrupto, como os serviços de saúde, garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e qualidade no atendimento à população.

15.5. Dessa forma, a presente exigência não constitui restrição indevida à participação, mas sim medida necessária e proporcional à adequada execução do objeto, em observância aos



princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

## **16.0. TIPO DE LICITAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.





**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º \_\_\_\_\_ - CR**

**Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021**

**ANEXO II – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO  
PARA USO EXCLUSIVO DO INTERESSADO EM PARTICIPAR DO PROCESSO DE  
CREDENCIAMENTO**

**SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

**PROCEDIMENTO DE CHAMADA PÚBLICA N.º \_\_\_\_\_/2026**

**NOME FANTASIA:**

**Nome Completo:**

**CNPJ:**

**Endereço: \_ CEP: \_**

**Fone Comercial: \_\_\_\_\_**

**Celular: \_\_\_\_\_**

**Email:**

**Banco: \_\_\_\_\_ Agência N.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º: \_\_\_\_\_**

**1.1. OBJETO:** CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, INTERESSADAS EM ATUAR DE FORMA COMPLEMENTAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA.**

Pelo presente, atendendo a Chamada Publica acima especificada, solicito CREDENCIAMENTO para fazer parte do banco de pretensos e eventuais prestadores de serviço da Prefeitura Municipal de Frecheirinha, na **prestação de serviços**:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD TOTAL	VLR UNT	VLR TOTAL

Assim, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente es da Lei Nº 14.133/21, atualizada e as cláusulas e condições constantes do Edital do referido procedimento administrativo.

Estou ciente de que a assinatura do TERMO DE CREDENCIAMENTO, por si só, não me garante o direito a contratação, mas apenas a mera expectativa de direito, sendo certo, que eventual convocação para celebração de contrato está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Assume desde logo o compromisso de bem e fielmente executar os serviços nos quais solicito credenciamento, caso seja eventualmente contratado(a), seguindo as orientações emanadas



da administração municipal, do presente procedimento e da legislação em vigor.

Na oportunidade, solicito a juntada e análise dos documentos em anexo, para fins de comprovação dos requisitos exigidos no instrumento convocatório.

Espera deferimento.

<CIDADE – DATA>

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do solicitante



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º \_\_\_\_\_ - CR  
Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021

**ANEXO III – MODELOS DECLARAÇÕES – (Caso necessário)**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura/carimbo cnpj  
CREDENCIADA





#### **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

4.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do processo de chamada pública e da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

4.2. Serão obrigações do CREDENCIADO:

- a) manter-se disponível para execução dos serviços durante todo o prazo de credenciamento, de forma a assegurar os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do credenciamento;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do credenciamento;
- c) assinar o termo de contrato quando convocado, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito de contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO DESCREDENCIAMENTO**

5.1. O presente credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou a Administração poderão denunciar o presente termo de credenciamento celebrado, observadas as hipóteses na Lei Federal Nº 14.133/2021.

5.2. O credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A assinatura do presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, por si só, não garante ao CREDENCIADO direito à contratação, mas apenas a mera expectativa de direito, sendo certo, que eventual convocação para celebração de contrato está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

6.2. O credenciado devidamente convocado deverá assinar o respectivo **TERMO DE CONTRATO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de decadência do direito de contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

7.1. O foro da Comarca de Frecheirinha é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021. Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Frecheirinha/CE, \_\_\_\_\_.

<Nome do(a) Secretário(a)> Secretário de  
<Secretaria>

<Nome do Credenciado>  
CREDENCIADO  
Área de Atuação



**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º \_\_\_\_\_ - CR**

**Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021 – Alterada e Consolidada**

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO CONTRATO N.º**

>>>>>>>>>>

**O MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA - CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º. 07.598.592/0001-34, situado na Avenida Joaquim Pereira, n 855, Centro, Frecheirinha/CE, através da **SECRETARIA DE \_\_\_\_\_**, neste ato representado pelo(a) Seu(ua). Secretário(a), o Sr. (a) <<<<nome do gestor>>>>, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a <<<PESSOA JURIDICA >>>>, inscrita no CNPJ sob o n.º >>>>, situado(a) à Rua >>>>>>, n.º>>>, Bairro >>>>>, cidade de >>>>>> representado por <<<peessoa física>>>>, inscrita no CPF sob o n.º >>>>>, , doravante denominado **CONTRATADO**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente contrato é celebrado em decorrência do **Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação N.º \_\_\_\_\_**, oriundo do Processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, INTERESSADAS EM ATUAR DE FORMA COMPLEMENTAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS**, rege-se pelas disposições constantes na Lei Federal Nº 14.133/2021, alterada - Lei das Licitações Públicas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente contrato a <<<<< **objeto** >>>>, conforme ANEXO I do Edital e da documentação apresentada e adjudicada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO**

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ >>>> (>>>>>>), conforme valores da constantes no Anexo I – Termo de Referência, a ser pago na proporção dos serviços efetivamente executados, segundo as ordens de serviço expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do contratado, todas atualizadas, observadas as condições previstas no ANEXO I do Edital da Chamada Pública.

Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
------	---------------	-------	--------	-------------	-------------





- i) Adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que esteja sendo executado em desconformidade com o disposto no Edital ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridos;
- j) conduzir a execução do contrato pertinente ao objeto do presente em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias;
- k) não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo, sob qualquer hipótese.

6.2.1. No caso de constatação da inadequação dos serviços às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital na ordem de serviço ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo imediatamente ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 6.3.1. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;
- 6.3.2. Enviar as mídias no formato solicitado pela contratada;

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- 7.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;
- 7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 7.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

7.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Para as infrações previstas nos itens 7.1.4., 7.1.5 e 7.1.6 a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

7.5. Para as infrações previstas nos itens 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.11.1 e 7.1.12 a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

7.6. Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.7. a multa será aplicada da seguinte forma:

- a) 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual sem que os serviços sejam concluídos;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- c) 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Secretaria;
- d) 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de extinção do contrato por culpa da Contratada, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;

7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 7.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4., 7.1.5,

7.1.6 e 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.11.1 e 7.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.2., 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5., 7.1.6 e 7.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o

instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos estatutários ou pertencentes aos quadros permanentes da Administração, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA e à proposta apresentada.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo



das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Processo de Credenciamento, da proposta e deste contrato.

9.7. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento de credenciamento e a proposta apresentada.

9.8. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

#### **CLÁUSULA DEZ - DO FORO**

10.1. O foro da Comarca de Frecheirinha é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Frecheirinha/CE, \_\_\_\_\_.

<Nome do(a) Secretário(a)>Secretário  
de <Secretaria>

<Nome do Contratado>  
CONTRATADO  
Área de Atuação

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_